

Sumário

Número de notícias: 27 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Desoneração da folha avança..... 3

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso ignora apelos de Bolsonaro e deixa de lado agenda ideológica..... 4

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Economistas não veem mais espaço para reformas..... 7

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Comissão prorroga desoneração da folha e texto deve ir ao plenário..... 8

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Evangélicos pressionam por sabatina de Mendonça..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Maia retira proposta de redução de salário e jornada..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
SERVIDOR PÚBLICO

CLP vê economia de R\$ 33 bilhões com jornada menor de servidores..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
SEGURIDADE SOCIAL

O país que envelheceu antes de ficar rico - CRISTIANO ROMERO..... 13

O GLOBO - RJ - RIO
SEGURIDADE SOCIAL

Policiais e bombeiros protestam contra ajuste fiscal..... 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

CPI da Covid convoca ex-mulher de Bolsonaro..... 15

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Administração tributária com rigor científico (Artigo)..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração da folha sem compensação deve ser vetada..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
ECONOMIA

O custo da ideologia - NAS ENTRELINHAS..... 21

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Bancos aumentam os juros da casa própria..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS
ECONOMIA

Índice de Atividade do BC desacelera..... 25

Quinta-Feira, 16 de Setembro de 2021

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
ECONOMIA

Guedes pede "socorro" para aprovar precatórios26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Area jurídica do governo contraria Guedes e avalia precatório fora do teto28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Teto já tem potencial estouro de R\$ 72 bi, diz pesquisador da FGV30

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

País será lanterna no PIB entre as maiores economias em 202233

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO
ECONOMIA

Inflação para os mais pobres chega a 10,63% em 12 meses36

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

Análise macroeconômica dominante no Brasil é mais aplicável a países desenvolvidos (Artigo)
.....39

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA
ECONOMIA

Ex-presidentes defendem democracia41

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Bolsonaro reduz potencial da economia (Editorial)42

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Coalizão defende política nacional com incentivos fiscais43

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

Regra do teto e pagamento de dívida são compatíveis, diz IFI44

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER
POLÍTICA

Quarentena eleitoral para juízes, militares e policiais é aprovada45

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
POLÍTICA

Nas redes sociais, emedebista adota tom eleitoral47

Desoneração da folha avança

» **Cristiane Noberto**

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o projeto que estende até 2026 a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O objetivo é estimular empresas com grande quantidade de trabalhadores a manter os empregos. O projeto deve ainda ser examinado em plenário. O relator, deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), quer celeridade na tramitação para que o projeto entre em vigor o mais breve possível.

Na visão do presidente nacional da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH Nacional), Manoel Cardoso Linhares, a desoneração da folha tem grande impacto no setor. Segundo ele, a crise gerada pela pandemia afetou diretamente o turismo e, na retomada, a proposta é essencial para a geração de empregos. A desoneração permite que as empresas abrangidas pelo projeto recolham a contribuição previdenciária dos funcionários num percentual de 1% a 4,5% do faturamento, em vez de 20% da folha de salários, como no sistema tradicional. Sem a prorrogação, o benefício terminará no fim deste ano.

Para Linhares, o projeto é positivo, mas uma **reforma tributária** mais ampla resolveria melhor a questão. "O problema da carga tributária no Brasil é uma discussão antiga e precisa ser encaminhada o mais rápido possível", disse.

O presidente do Clube dos Diretores Lojistas do DF, Wagner Silveira Jr, disse que a proposta é necessária, pois o setor varejista é um dos grandes geradores de emprego. No entanto, "o mais importante seria debater a **reforma tributária** para criar uma solução mais efetiva sem que fosse preciso resolver a questão de tempos em tempos com paliativos".

O relator da proposta também enxerga a necessidade de uma solução definitiva. "Não podemos, a cada ano, correr atrás de uma simples prorrogação. O ministro Paulo Guedes reclamou da falta de apoio para uma solução estrutural. Eu devolvi dizendo que ele precisava construir antes para conseguir o apoio para uma solução", enfatizou após a aprovação na CFT.

Goergen ainda afirmou que espera que a matéria seja votada na próxima semana pelo plenário da Câmara. "O tempo é muito curto para que o trâmite dentro das comissões seja concluído. Temos até dezembro para que isso seja revalidado", apontou.

Roberto Piscitelli, Professor de Finanças Públicas da UnB, explica que a desoneração da folha independe do tamanho da empresa. Contudo, é preciso observar o que é mais vantajoso. "Se uma empresa de T.I tem poucos funcionários e um alto faturamento, essa possibilidade não é muito vantajosa e a empresa pode optar pelo recolhimento normal", disse.

Congresso ignora apelos de Bolsonaro e deixa de lado agenda ideológica



Jair Bolsonaro durante cerimônia do programa Casa Verde e Amarela, no Palácio do Planalto. Lucio Taveira/Xinhua

Danielle Brant e Renato Machado *brasil*

Eleito com o apoio do presidente Jair Bolsonaro, o novo comando do Congresso aprovou em cerca de sete meses 46% das propostas prioritárias no campo econômico, mas pautas que alimentam a base bolsonarista, como a flexibilização de porte e posse de armas, continuam sem perspectiva de sair do papel.

Um dia após a posse de Arthur Lira (PP-AL) na presidência da Câmara e de Rodrigo Pacheco (DEM-MG) no comando do Senado, eles foram recebidos por Bolsonaro em audiência no Palácio do Planalto.

Ao fim, receberam uma lista com 35 projetos prioritários para o governo -o que foi interpretado por integrantes da oposição como uma espécie de fatura pelo apoio público à eleição de ambos.

Além das reformas tributária e administrativa, a lista de projetos prioritários incluía a proposta de autonomia do Banco Central e outros itens da agenda do ministro da Economia, Paulo Guedes.

Ao mesmo tempo, havia no material entregue pelo presidente projetos para agradar à base ideológica bolsonarista, como o que amplia a posse e o porte de armas, um excludente de ilicitude para militares em operações de garantia da lei e da ordem -proposta de abrandamento das penas de agentes que cometerem excessos em ações- e outro que aumenta a penalidade para abusos de menores.

Líderes partidários nas duas Casas apontam que parte da resistência às propostas até aqui foi resultado da relação conflituosa que Bolsonaro vem mantendo com os demais Poderes.

O auge da crise se deu no feriado do 7 de Setembro, quando Bolsonaro elevou a tensão a níveis estratosféricos ao ameaçar ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmar que não iria cumprir decisões de Alexandre de Moraes e blefar que iria convocar reunião do Conselho da República.

Após o feriado, no entanto, divulgou nota retórica afirmando que não teve intenção de agredir os outros Poderes e abriu caminho para uma relação mais colaborativa.

Por conta dessa situação de tensão ao longo dos meses, houve avanços apenas nas medidas em que os interesses do governo já eram externados pelo Congresso.

No campo econômico, por exemplo, houve poucos contratempos. O governo contou com um Congresso que se diz reformista, com um histórico de aprovação de medidas impopulares, como a reforma da Previdência, em 2019.

Em cerca de sete meses, foram sancionadas ou promulgadas 11 das 24 pautas prioritárias da área econômica. Um dos grandes feitos nesse período foi a promulgação da PEC Emergencial, proposta de emenda à Constituição que criou mecanismos de ajuste fiscal para a União.

O texto, que incorporou parte de outra pauta prioritária, a PEC dos Fundos, contou com o apoio aberto de Pacheco, que atuou diretamente para que a proposta nascida no Senado avançasse.

Grande parte do apoio recebido também estava no que a oposição considerou uma chantagem: no momento em que o país inteiro pressionava por uma nova rodada do auxílio emergencial, a equipe de Guedes condicionou a concessão do benefício à aprovação da PEC.

Em outra grande vitória para a gestão Bolsonaro, o governo conseguiu aprovar a medida provisória que abre caminho para a privatização da Eletrobras, rompendo a forte resistência no Congresso em relação ao tema. Também viraram lei a autonomia do Banco Central, um marco para as startups e a nova Lei do Gás.

Por outro lado, resta pouco tempo hábil para aprovar os outros dois projetos econômicos de relevo do governo: as reformas tributária e administrativa.

Tanto Lira quanto Pacheco reconhecem publicamente que a janela para votar pautas estruturantes se fecha em novembro por causa da antecipação das discussões eleitorais.

Logo no início de seus mandatos, Pacheco e Lira chegaram a estabelecer um cronograma que incluía a aprovação da PEC da **reforma tributária** nas duas Casas até outubro.

"É um amadurecimento que nós vamos fazer no decorrer de fevereiro, juntamente com o presidente Arthur Lira, e temos uma previsão de que podemos concluir a **reforma tributária** no Congresso Nacional em seis a oito meses", afirmou Pacheco no início de fevereiro, após uma reunião com o deputado na residência oficial do Senado.

A proposta de votar uma PEC que simplificasse o arca- bouço tributário do país naufragou, e o governo optou por fatiar as mudanças.

No início de setembro, a Câmara aprovou a primeira fase da tributária, que prevê modificações no Imposto de Renda e a taxação de dividendos. No Senado, porém, a proposta enfrenta resistência. O próprio Pacheco e líderes insistem em votar uma PEC com alterações mais substanciais.

Já a reforma administrativa deve sair da comissão especial na Câmara nesta semana, mas sem perspectiva ainda de votação pelo plenário.

No Senado, o governo federal apostava na aprovação de quatro propostas até o fim de setembro -três delas constam nas prioridades enviadas em fevereiro: BR do Mar, marco das ferrovias e marco legal do câmbio.

"Os projetos que são vitais para a retomada do crescimento econômico serão certamente apreciados no Congresso Nacional", disse o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE).

No entanto, mesmo essas propostas enfrentam resistência na Casa. O projeto de lei que cria a BR do Mar, estimulando a navegação de cabotagem, não conta com consenso. Após diversas idas e vindas e alterações no texto, Nelsinho Trad (PSD-MS) apresentou seu relatório na Comissão de Assuntos Econômicos nesta terça-feira (14), mas houve pedido de vista e a medida não foi votada na comissão.

O marco das ferrovias está em fase mais adiantada,

mas uma ação do próprio governo acabou travando o avanço da proposta no Senado.

O Planalto encaminhou sua própria MP com seus principais pontos de interesse, mas houve reação com a Comissão de Assuntos Econômicos aprovando um requerimento solicitando a Pacheco a devolução do texto para priorizar a matéria do Senado.

A expectativa era de um acordo na próxima semana, para que o Senado votasse sua própria proposta, mas incorporando algumas demandas apresentadas pelo Ministério da Infraestrutura.

O relator Jean Paul Prates (PT-RN) já entregou quatro versões de seu texto, a primeira delas em outubro de 2019. Agora, deve apresentar novo parecer na próxima semana e há a expectativa de que entre na pauta do plenário ainda neste mês.

"Obviamente, não estamos mais tratando da questão da medida provisória, uma vez que não há necessidade de atropelar o trabalho que está sendo feito", diz Prates.

Os próximos meses se apresentam como uma incógnita quando se trata dos projetos de interesse do governo. A diminuição da tensão entre os Poderes deram fôlego para líderes do governo começarem a discutir uma agenda de aprovação, dando prioridade para a proposta que altera a regra de Imposto de Renda, a privatização dos Correios e um novo marco do câmbio.

No entanto, há dúvidas sobre se a trégua será duradoura. Um novo recrudescimento da crise institucional patrocinada por Bolsonaro deve dificultar ainda mais a vida do governo no Senado, em especial para projetos que atendem à base bolsonarista e ficam à margem das discussões principais nas duas Casas.

Para o vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), a falta de avanço das propostas entre os deputados é um "sinal de que a Câmara tem juízo e se porta como um freio de contenção, tendo a noção das prioridades do país que o presidente não tem".

"Acho que não dá para negar que o presidente Arthur Lira tem dado mais agilidade às pautas, até porque o conflito com o Executivo é menor. E têm sido aprovadas mais matérias, mas as de natureza econômica", acrescentou Ramos.

Na Câmara, um dos textos que ensaiou sair do papel, mas viu os esforços arrefecerem, é o que regulamenta a educação domiciliar. Sob relatoria da deputada Luisa Canziani (PTB-PR), a expectativa era que o parecer fosse levado a plenário no primeiro semestre, o que

não aconteceu.

O tema será discutido nesta semana em uma reunião com o governo, que critica algumas medidas sugeridas pela relatora.

Aliados de Bolsonaro querem, por exemplo, liberar os pais da exigência de apresentar ficha criminal ou da necessidade de avaliação para as crianças. Sem acordo, não há prazo para que o tema seja apreciado pelo plenário.

Outros textos, como o que flexibiliza posse e porte de ar mas, continuam para -dos, sem previsão de avanço. Existem duas propostas para tratar do tema, uma em cada Casa. No Senado, a proposta está nas mãos de um bolsonarista, Marcos do Vai (Podemos-ES).

Inicialmente, o relator apontava que o tema havia perdido o timing por conta da pandemia, quando o Congresso passou a ter outras prioridades.

No entanto, líderes partidários e aliados de Pacheco ainda resistem à iniciativa e pretendem mantê-la na gaveta. Na Câmara, não há sinal de que o texto que amplia o porte de armas será votado no curto prazo.

A diferença de ritmo na votação de projetos no Senado gerou, no final de agosto, atrito entre os dois presidentes. Lira disse que a Câmara estava cumprindo seu papel e se debruçando sobre os projetos e falou que era preciso perguntar a Pacheco por que os textos não avançavam na Casa.

"É importante que o Senado se posicione em relação a isso", afirmou Lira.

Pacheco negou qualquer mal-estar e declarou ser natural que "Senado e Câmara tenham divergências em pontos de vista em apreciação de matérias".

PRINCIPAIS PRIORIDADES DO GOVERNO

Saíram do papel

Privatização da Eletrobras

Marco legal das startups

Eficiência administrativa

Fiagro

PEC Emergencial + PEC dos Fundos

Cobrança de pedágio

Super endividamento

Autonomia do BC

Lei do Gás

Depósitos voluntários

Não saíram do papel

Reforma tributária

Reforma administrativa

Mineração em terras indígenas

Modernização do setor elétrico

Flexibilização da comercialização de armas

Normas para militares em GLO

Aumento de pena para abuso sexual em menores

Pedofilia como crime hediondo

Ensino em domicílio

Debêntures de infraestrutura

Marco legal do câmbio

Documento Unicode transportes

Licenciamento ambiental

Regularização fundiária

BR do Mar

Partilha petróleo e gás

Ferrovias

Pacto federativo

Uso dos fundos para pandemia

Revisão da lei de drogas

Teto remuneratório

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49670>

Economistas não veem mais espaço para reformas

ELIANE OLIVEIRA E GERALDA DOCA

Veja a matéria no site de origem:

<https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

Comissão prorroga desoneração da folha e texto deve ir ao plenário

Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Evangélicos pressionam por sabatina de Mendonça

Fabio Murakawa, Renan Tmffi e Marcelo Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Maia retira proposta de redução de salário e jornada

Raphael Di Cunto

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

CLP vê economia de R\$ 33 bilhões com jornada menor de servidores



Relator. CLP apoia o parecer de Arthur Maia sobre a PEC

Adriana Fernandes

A economia com o corte de até 25% da jornada de trabalho e na remuneração dos **servidores públicos** pode chegar a R\$ 33 bilhões em 10 anos, calcula o Centro de Liderança Pública (CLP). A possibilidade de redução da jornada e salários - já tentada outras vezes sem sucesso pela equipe econômica - foi incluída no parecer da proposta de emenda à Constituição (PEC) de reforma administrativa do relator, deputado Arthur Maia (DEM-BA), e é opcional para os atuais servidores.

A reforma administrativa prevê uma reformulação no RH do Estado, com novas regras para contratar, promover e demitir funcionários públicos.

O relatório veda a redução de jornada e remuneração para os servidores das chamadas carreiras exclusivas de Estado, ou seja, aquelas funções que não encontram equivalência no setor privado. A regra de corte será opcional para os servidores e empregados públicos com ingresso na máquina pública até a publicação da emenda constitucional.

Esses servidores poderão escolher entre a jornada reduzida e a jornada máxima estabelecida para o seu cargo.

Simulações feitas pelo economista Daniel Duque para o CLP apontam a economia de R\$ 14,4 bilhões para os servidores atuais. Enquanto, para os servidores atuais, o ganho fiscal se reduz ao longo do tempo porque eles vão se aposentando, a aplicação da

medida para os novos entrantes no serviço público federal será um ganho progressivo.

A economia total média até 2030 estimada é de cerca de R\$ 18 bilhões por ano. Excluindo as categorias típicas de Estado, entre eles, de segurança pública, auditores, diplomatas, procuradores, o economista chegou a um contingente de 6,14 milhões de servidores que serão afetados pela mudança, caso a PEC seja aprovada com esse dispositivo. Foram traçados cenários que variam de 2% a 10% dos servidores que optarão pela redução de 5% a 25% da jornada.

Foi considerado o pressuposto de aposentadoria de um terço do efetivo de 2019 até 2035. A conta considerou também a reposição parcial dos trabalhadores do serviço público, a uma taxa de 9 contratados para cada 10 aposentados. "A economia começa em R\$ 1 bilhão e vai para R\$ 33 bilhões de 2022 a 2030", diz Duque.

Como a medida é facultativa para os atuais servidores, Duque avalia que as chances são maiores de aprovação. O time do ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou emplacar o corte de jornada na chamada PEC emergencial, que permitiu uma nova rodada do auxílio emergencial, mas a medida não prosperou.

Para José Henrique Nascimento, chefe de causas do CLP, a reforma deve ser aprovada porque a maioria dos novos dispositivos no texto não afeta os servidores atuais, inclusive o corte de jornada, que será opcional.

"Isso facilita muito. Não estamos vendo uma pressão sindical grande em cima da reforma", diz Nascimento.

O CLP, que defende a aprovação do relatório de Arthur Maia, tem feito um monitoramento do clima na Câmara para aprovação do texto que será votado ainda na Comissão Especial formada para discutir a proposta.

Segundo Nascimento, como as carreiras de Estado mantiveram estabilidade e não poderão ter corte de jornada, foram atendidas pelo relator, o que diminuiu a pressão. Desde outubro de 2020, mais de 30 entidades se uniram em campanha contra a reforma.

Nesta nova fase, o movimento aposta na produção de um novo manifesto, com o apoio de "grandes nomes".

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O país que envelheceu antes de ficar rico - CRISTIANO ROMERO

CRISTIANO ROMERO

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Policiais e bombeiros protestam contra ajuste fiscal

CAMILLA MUNIZ E GABRIEL SABÓIA
granderio@oglobo.com.br

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

CPI da Covid convoca ex-mulher de Bolsonaro



O lobista Marconny Albernaz de Faria prestou depoimento marcado por momentos de tensão na CPI. Pedro Ladeira/Folhapress

Renato Machado Brasília

O lobista Marconny Albernaz de Faria reconheceu em depoimento na CPI da Covid nesta quarta-feira (15) que mantém uma relação muito próxima e de amizade com Jair Renan, filho do presidente da República, Jair Bolsonaro (sem partido).

Marconny, apontado pela comissão parlamentar como lobista da empresa Precisa Medicamentos -que intermediou a negociação da vacina indiana Covaxin com o governo federal-, afirmou que chegou a comemorar o seu aniversário em um camarote que pertence ao filho do presidente e que o ajudou na abertura de sua empresa.

Nesta quarta, os senadores aprovaram ainda requerimento de convocação de Ana Cristina Valle, ex-mulher de Bolsonaro e mãe de Jair Renan.

Mensagens trocadas entre Marconny e Valle mostrariam que ela seria responsável por fazer indicações para cargos no governo federal.

Em um depoimento marcado por momentos de tensão, Marconny irritou diversas vezes os senadores da comissão parlamentar ao dar respostas confusas e atrapalhadas.

Reportagem da Folha mostrou mensagens trocadas entre Marconny e Jair Renan e em que o lobista oferece auxílio para a abertura da empresa do filho do presidente.

As informações constam de conversas no WhatsApp obtidas pela Folha após quebra judicial de sigilo do lobista a pedido do Ministério Público Federal no Pará e de análise de documentos da **Receita Federal**. Os dados foram compartilhados com a CPI da Covid.

Marconny confirmou em seu depoimento a proximidade com Jair Renan, amizade que teve início assim que o filho do presidente chegou a Brasília. "Ele [Jair Renan] queria criar uma empresa de influencer, e aí eu só apresentei ele para um colega tributarista que poderia auxiliar na abertura dessa empresa." O lobista também reconheceu que comemorou o seu aniversário em um camarote de Jair Renan, localizado no estádio Mané Garrincha, em Brasília. Em sua defesa, Marconny afirmou que a festa que ele realizou no estádio não infringiu regras sanitárias do Distrito Federal na pandemia.

"Mas não estou dizendo que o seu evento foi realizado de forma ilegal, não. A ilegalidade não está na festa, a ilegalidade está no que se consegue nas festas, porque se elucida, com muita clareza, por que vale a pena contratar o Marconny", reagiu o senador Alessandra Vieira (Cidadania-SE).

"Porque o Marconny diz que não conhece senador, o Marconny não é advogado, o Marconny não entende de contrato, o Marconny não entende da administração pública, mas o Marconny é um cara que vai para o churrasco com a advogada do presidente [Bolsonaro] e que faz sua festa de aniversário no camarote de propriedade ou de aluguel, não sei, do filho do presidente da República", completou.

O vice-presidente da CPI da Covid, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), ressaltou a proximidade do lobista com pessoas do núcleo duro de Bolsonaro, incluindo a advogada Karina Kufa, e disse na sequência que não seria necessária a respostado depoente, uma vez que a comissão já detém mensagens que comprovam a sua atuação.

"A senhora Ana Cristina Bolsonaro, que acredito que tem que ser trazida à CPI, encaminha currículos de pessoas indicadas pelo senhor Marconny para ocupar cargos no governo federal", disse Randolfe.

O requerimento para que a mãe de Jair Renan preste

depoimento na comissão parlamentar é de autoria de Vieira. O pedido não estava na pauta e foi incluído de última hora. A medida provocou protestos de senadores governistas.

Questionado sobre se a ex-mulher de Bolsonaro fez indicações para cargos no governo, Marconny exerceu seu direito ao silêncio, por contar com um habeas corpus do STF (Supremo Tribunal Federal).

Marconny teria atuado na intermediação da venda de testes de detecção da Covid-19 para o Ministério da Saúde, o que ele nega. Disse que foi apenas sondado pela empresa para prestar assessoramento político, mas que não chegou a haver tratativas e nem mesmo foi pago pelo serviço. Disse que a relação durou aproximadamente 30 dias e se resumiu a conversas por aplicativos de mensagem.

"Como a concorrência já estava em andamento, não participei da análise do edital, habilitação ou apresentação de proposta da Precisa", afirmou, acrescentando que a compra acabou cancelada pelo ministério.

"Não fui contatado para nenhum outro serviço relacionado à Precisa ou ao Ministério da Saúde e muito menos à vacina", completou.

O relator Renan Calheiros (MDB-AL) então rebateu e disse que Marconny fazia parte de um grupo que atuava para fraudar as licitações no Ministério da Saúde. Acrescentou que ele, o sócio-diretor da Precisa, Francisco Maximiano, o diretor da empresa Danilo Trento e o ex-diretor de logística do ministério Roberto Ferreira Dias atuavam de maneira conjunta, para prejudicar concorrentes no processo.

"Essa arquitetura [para fraudar licitação] é da sua cabeça, da cabeça do Maximiano ou da cabeça do Roberto Dias?" questionou Renan.

"Isso foi enviado pela parte técnica da Precisa, senhor senador", respondeu Marconny.

Marconny foi questionado diversas vezes sobre quem seria um parlamentar a quem ele se referiu em uma conversa por WhatsApp obtida pela CPI. O lobista trata da venda de testes de Covid e teria afirmado que um senador "desataria o nó" da contratação.

Ele afirmou não se lembrar quem era o parlamentar. A resposta irritou os senadores, que chegaram a aprovar um requerimento para que a Polícia Legislativa levantasse todas as idas do lobista ao Senado. O presidente da comissão parlamentar, Omar Aziz (PSD-AM), afirmou que poderia consultar o STF para ver quais procedimentos poderiam ser adotados.

"Entre o senhor omitir e faltar com a verdade, está muito longe [uma coisa da outra]", afirmou Aziz.

Marconny também teve dificuldades para descrever a sua atuação profissional. Disse que não era um lobista e que não havia contradição "na figura de agente privado promover tratativas privadas, análise de cenário político e eventualmente interlocuções institucionais com agentes públicos desde que não esteja configurado nenhum ato de corrupção ativa".

Reale Júnior vê crime de responsabilidade de Bolsonaro

O ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior afirmou nesta quarta (15) que está clara mente configurado o crime de responsabilidade do presidente Jair Bolsonaro no enfrentamento da pandemia de Covid-19 e que ele se tornou um "cúmplice do vírus". Reale coordenou um grupo de juristas que apresentou um parecer com sugestões de tipificações para os crimes que foram apurados pela CPI. Em sua fala inicial, ele afirmou que o enfrentamento da pandemia evidenciou um "desrespeito afrontoso aos direitos individuais e sociais" e que isso configura crime de responsabilidade.

Notícias Relacionadas:

FOLHA DE LONDRINA - LONDRINA - PR
CPI da Covid convoca ex-mulher de Bolsonaro

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49670>

Administração tributária com rigor científico (Artigo)

Carlos Leony Presidente da Associação dos Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp)

Nestes tempos de reforma administrativa, a pertinência da definição de carreiras típicas na Constituição Federal é uma discussão palpitante. Para justificar alguns posicionamentos foi usado o exemplo dos auditores fiscais. Foi dito que, em alguns anos, toda a fiscalização tributária poderia ser feita por um sistema informatizado e que os auditores fiscais seriam desnecessários para a administração pública.

Tentar ficar equidistante de posições ideológicas, de um lado, e corporativas, de outro, é fundamental para trazer essa discussão para o campo da racionalidade.

Começando pela teoria geral do direito. Na evolução do Estado e suas instituições é nítida a importância dos mecanismos que garantem a ausência de interferência política em certas atividades. Tais atividades, sob o ponto de vista da segurança social e política, significam e afirmam a existência do próprio Estado.

Entretanto, passou da hora de lançar luzes científicas para a atividade da administração tributária. Nesse sentido, é importante trazer alguns fatos verificáveis que decorrem de estudos realizados entre 2003 e 2021, contidos em 105 publicações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), órgão internacional composto por 37 países, o chamado "club dos ricos", que trabalham juntos para compartilhar experiências e buscar soluções para questões comuns, principalmente na área econômica, incluindo aí as administrações tributárias.

Em 58 administrações tributárias analisadas pela OCDE, que no conjunto atendem 810 milhões de contribuintes e arrecadam aproximadamente R\$ 67 trilhões, 96,4% têm alto grau de autonomia. Isso quer dizer que definem seus próprios padrões de performance (98,2%) e sua estrutura organizacional, inclusive o ingresso concursado em seus quadros (86,2%), e têm e executam o próprio orçamento operacional (74,1%) e o orçamento de investimentos (67,2%).

Outro fato verificável e importante são os poderes conferidos às administrações tributárias analisadas: 98% formulam planos de pagamento e parcelamentos;

97% realizam compensações tributárias; 85% podem, sob condições legais, estender prazos de pagamento; e 82% podem remitir penalizações e juros.

Em contraponto, o contencioso tributário nesses países não passa de 1%. No Brasil, cujas administrações tributárias não têm essa autonomia e esses poderes, a dívida ativa tributária das três esferas de governo pode já ter alcançado os inacreditáveis 73% do **PIB**, segundo estudos de 2018 do Núcleo de Tributação do Insper. Sem dúvida, o pior indicador econômico que assola a tão combatida imagem internacional do Brasil. Analisado isoladamente, esse indicador do contencioso tributário ressalta óbvio que falta muito para que as administrações tributárias possam proteger os contribuintes que efetivamente estão pagando os **impostos**. Protegê-los significa que as administrações tributárias precisam de autonomia e aumento de poderes para conseguirem atingir os contribuintes que declaram e não pagam e sobre as situações que levam à volumosa contestação da imposição do tributo e sua cobrança.

O fisco precisa, inclusive, de instrumentos que permitam agir fortemente antes da formação da dívida tributária. Aliás, está claro que ter os poderes e instrumentos que permitem apenas a atuação sobre os que sonégam, de forma isolada dos demais poderes que os países da OCDE concedem às suas administrações tributárias, não têm surtido o efeito que o Brasil deseja.

É inarredável que a solução desse grande problema brasileiro passa por um debate, sem ideologia e subjetivismos, e por um investimento consistente nas atividades das administrações tributárias. Nele devem estar envolvidos os Paramentos, os governos, as entidades empresariais e os próprios agentes do fisco.

O país precisa caminhar para a reestruturação das suas administrações tributárias com base em conhecimentos científicos, que amparam os resultados dos países que melhor promovem a justiça fiscal no ambiente de negócios. Essa reflexão pode lançar luzes sobre a tão propalada necessidade de se fazer uma ampla reforma do sistema tributário.

Neste momento, parece muito mais produtivo e exequível se fazer uma reforma da administração

tributária. Quem ganhará com esse debate é um país inteiro.

[...] O país precisa caminhar para a reestruturação das suas administrações tributárias com base em conhecimentos científicos, que amparam os resultados dos países que melhor promovem a justiça fiscal no ambiente de negócios. Essa reflexão pode lançar luzes sobre a tão propalada necessidade de se fazer uma ampla reforma do sistema tributário

Carlos Leony, Presidente da Associação dos Fiscais de Rendas do Estado de São Paulo (Afresp)

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

70

Desoneração da folha sem compensação deve ser vetada

Thiago Resende *brasil*

O projeto que estende até -2026 a desoneração da folha de pagamentos de 17 setores deve ser vetado pelo presidente Jair Bolsonaro se não houver mudança no texto.

A proposta tem o objetivo de manter a redução dos custos de contratação de trabalhadores por empresas dos ramos que mais empregam no país. O término do incentivo para esses setores está previsto para dezembro de 2021.

O formato atual da proposta avançou na Câmara nesta quarta-feira (15), ao ser aprovado na Comissão de Finanças e Tributação. A votação foi simbólica. Aliados do governo também apoiaram o projeto.

A proposta não prevê uma medida que compense as perdas aos cofres públicos. Isso, segundo membros do governo e técnicos do Congresso, contraria regras orçamentárias.

"Sabemos que o governo vai vetar o projeto. Isso o governo já disse. Mas o governo não está atrapalhando [o andamento da proposta], porque a ideia é buscarmos uma saída definitiva, que, se for encontrada, soluciona essa questão e vale para todos os setores da economia", disse à Folha o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), relator do projeto.

A estratégia do governo é deixar que o Congresso assuma a liderança da articulação pela aprovação de um novo imposto digital, nos moldes da extinta CPMF.

Esse novo tributo substituiria os encargos sobre contratação de mão de obra de todas as empresas.

Essa troca de tributação é defendida pelo ministro Paulo Guedes (Economia), mas, após diversos entraves para apresentar a proposta desde o início do governo, a equipe dele adota agora uma postura diferente -deixando o Congresso assumir a linha de frente do plano de desonerar a folha de todos os setores.

O prazo é apertado. Caso não haja consenso para uma ampla desoneração até o fim do ano, o Congresso deverá então derrubar o veto ao projeto relatado por Goergen. Com isso, o benefício dos 17

setores estaria garantido até 2026.

"Se não conseguirmos uma solução definitiva [desoneração ampla], daria tempo de derrubarmos o veto", afirmou o relator.

Técnicos do governo relataram à Folha que, por não haver compensação pelas perdas de arrecadação, a Economia deverá recomendar o veto.

Esse argumento -falta de medida que equilibre a queda de receita com **tributos**- é comum para que o Palácio do Planalto barre projetos aprovados pelo Congresso.

O governo abriria mão de arrecadar R\$ 8,3 bilhões por ano, caso o benefício fosse prorrogado para os 17 setores. Essa perda de receita não está prevista no Orçamento de 2022.

Nota técnica da Consultoria de Orçamento da Câmara aponta a mesma falha no projeto que avançou na Casa nesta quarta. Por não dizer de onde sairá o dinheiro para bancar a desoneração dos setores beneficiados atualmente, a proposta contraria regras orçamentárias, segundo o documento.

A desoneração da folha, adotada no governo petista, permite que empresas possam contribuir com um percentual de 1% a 4,5% sobre o faturamento bruto, em vez de 20% sobre a remuneração dos funcionários para a Previdência (contribuição patronal).

Isso representa uma diminuição no custo de contratação de mão de obra. Por outro lado, significa menos dinheiro nos cofres públicos.

Hoje, a medida beneficia companhias de call center, o ramo da informática, com desenvolvimento de sistemas, processamento de dados e criação de jogos eletrônicos, além de empresas de comunicação, companhias que atuam no transporte rodoviário coletivo de passageiros e empresas de construção civil e de obras de infraestrutura.

Representantes desses segmentos e deputados que articulam a prorrogação da medida até dezembro de 2026 argumentam que a retirada do benefício elevaria os custos das empresas, o que poria empregos em risco num momento em que o país tenta se recuperar

da crise da Covid-19.

Com apoio de aliados do governo, a proposta foi aprovada na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara nesta quarta. Mas ainda precisa passar por votação em mais uma comissão, no plenário da Casa e depois no Senado.

O governo já foi derrotado no ano passado quando tentou impedir a prorrogação da desoneração desses setores até o fim de 2021. Nos últimos anos, o clima no Congresso tem sido favorável a essa iniciativa.

Agora, o plano do time de Guedes é aproveitar o desejo dos parlamentares em aprovar mais uma rodada de desoneração para enfim conseguir destravar uma troca definitiva da tributação sobre a folha de salários.

Isso, porém, envolve a criação de um imposto nos moldes da CPMF, que enfrenta resistência de alguns partidos com representação no Congresso.

Por isso, até integrantes do Ministério da Economia não veem esse plano como prioridade, já que a pasta está focada em buscar uma solução para o aperto no Orçamento de 2022 e em aprovar a reforma do IR (Imposto de Renda).

O acordo para tentar avançar com uma nova CPMF prevê que a PEC (proposta de emenda à Constituição) de criação do tributo seja apresentada pelo próprio Congresso, provavelmente pela frente parlamentar do empreendedorismo.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

70

O custo da ideologia - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

A ideologia é sempre uma representação parcial e distorcida da realidade. Por essa razão, quando preside as ações de governo e políticas públicas, turva a perspectiva de que os problemas são de ordem objetiva e existem fora da mente do governante. Como o governo constrói sua narrativa a partir de fake news, a começar pelo presidente Jair Bolsonaro, o resultado é devastador - ainda que uma parcela da população mobilizada por mentiras e ideias errôneas responsabilize a oposição, que passa a ser tratada como inimiga da nação.

Nas mais diversas áreas, as entregas do governo Bolsonaro deveriam ocorrer neste terceiro ano de mandato, mas não é o que está acontecendo. A falta de foco e objetividade na condução do governo agora cobra o preço. O prejuízo seria muito maior, porém, se algumas áreas não mantivessem os programas iniciados pelos governos anteriores, como na infraestrutura. E se a conjuntura internacional não fosse favorável ao agronegócio, embora o alto custo dos alimentos seja a outra face dessa moeda, principalmente para os mais pobres.

O peso das ideias reacionárias e conservadoras é facilmente identificado no fracasso das políticas públicas. Não apenas na saúde, onde o negacionismo de Bolsonaro entrará para a história, com um saldo de aproximadamente 600 mil mortos por covid-19. Na educação e na cultura, o desastre também é grande. O mesmo ocorre até na economia. Os resultados negativos obtidos pelo ministro Paulo Guedes são indisfarçáveis - sua retórica ultraliberal é uma constante fuga para a frente.

Segundo relatório anual da Conferência da ONU para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), divulgado ontem, em Genebra, a economia brasileira crescerá apenas 1,8% do Produto Interno Bruto (**PIB**) no próximo ano, o que pode ser fatal para a reeleição de Bolsonaro. Estamos ficando mais para trás na corrida do desenvolvimento: Índia crescerá 6,7%; China, 5,7%; Indonésia, 4,9%; Turquia, 3,6%; França, 3,4%; Arábia Saudita, 3,3%; Alemanha, 3,2%; Itália, 3% EUA, 3%; Argentina, 2,9%; Canadá, 2,9%; México: 2,8%; Coreia do Sul, 2,8%; Austrália, 2,8%; Rússia, 2,3%; Japão, 2,1%; e Reino Unido, 2,1%.

O **PIB** da América Latina e Caribe deve crescer 5,5% neste ano. A estimativa de que Brasil cresça 5,3% em 2021, com as projeções acima, representa mais um voo de galinha. Boa parte das dificuldades econômicas previstas para o próximo ano deve ser creditada à instabilidade política e à insegurança jurídica, criadas artificialmente por Bolsonaro. A crise institucional é uma cortina de fumaça que só gera mais apatia dos agentes econômicos. O ambiente de negócios no Brasil não é favorável a grandes investimentos antes das eleições de 2022. Esse diagnóstico é quase unânime entre os investidores.

Realidade

Bolsonaro pressiona a equipe econômica no sentido de adotar medidas populistas para fomentar a atividade econômica e reduzir a perda de renda. Mas o cobertor é curto. Somente neste ano já foram gastos R\$ 77 bilhões com Auxílio e Benefício Emergencial. A Petrobras não tem como subsidiar os preços dos combustíveis. O apagão no setor elétrico é iminente, agravado por uma política tarifária equivocada, em que se deixou de fazer os ajustes necessários enquanto havia tempo. Além disso, sofremos grande pressão cambial, que decorre de nossa posição na economia global, de grandes produtores de commodities de minério e agrícolas. Mesmo assim, a taxa de câmbio está acima do que seria normal. Além disso, somente no ano passado, os investimentos estrangeiros sofreram uma redução de 62%.

Paulo Guedes é um fracasso, mas seu desempenho não pode ser dissociado de Bolsonaro. Entretanto, a conspiração para transformar o ministro da Economia em bode expiatório da crise está de vento em popa no governo. Ele é um ultraliberal convicto, mas descobriu que a realidade objetiva é mais forte do que qualquer ideologia. Esse termo foi criado pelo iluminista Antoine Destutt de Tracy, no final do século XIX, com a intenção de mapear a origem e desenvolvimento de todas as ideias em bases científicas.

Para alguns, ideologia é um conjunto de ideias e de valores que tem como função orientar comportamentos políticos e coletivos. Para outros, uma falsa consciência das relações de domínio entre as classes. Assim como o socialismo defende a extinção das desigualdades com a crença de que as políticas de Estado são suficientes para isso, o

liberalismo sublima o livre mercado e o Estado mínimo como soluções para os problemas do desenvolvimento, em quaisquer circunstâncias. Entretanto, a mudança da realidade social e econômica não é tão simples.

Bancos aumentam os juros da casa própria



» VERA BATISTA

Os bancos privados aumentaram as taxas de juros dos financiamentos da casa própria, antecipando-se a novas altas da taxa básica de juros (Selic), definida pelo Banco Central. A Selic está, hoje, em 5,25% ao ano, mas deve continuar subindo para conter a **inflação**. Com isso, a taxa média dos financiamentos, que era de 6,3% em março, chegou a 7,25% ao ano. No entanto, especialistas em mercado imobiliário garantem que a demanda continuará aquecida no setor, mesmo com a crise hídrica e a queda do poder de compra da população.

Eduardo Aroeira, presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (Ademi-DF), avaliou que os juros ainda estão convidativos. "Se olharmos as taxas cobradas há dois anos, elas eram em torno de 10,5%. Hoje, o mercado está otimista", afirmou. Ele lembra que a última pesquisa da Ademi, em junho, apontou que 50% dos empresários previam aumento da demanda; 55% acreditavam na melhora do ambiente de negócios; e apenas 5% apostavam na piora. "Não há preocupação. Todos os indicadores são favoráveis. A Associação de Notários e Registradores do Brasil (Anoreg) comprovou que os registros de compra e venda de imóveis no país tiveram aumento de 43% de maio para julho deste ano", reforçou Aroeira.

Ele destacou, ainda, que ontem mesmo o governo federal anunciou uma série de medidas para o programa habitacional Casa Verde e Amarela (que substitui o Minha Casa, Minha Vida), com a promessa de corte de juros de 1 ponto percentual. E o presidente da Caixa Econômica Federal - instituição que responde por 70% de todo o financiamento do setor - afirmou que hoje vai baixar os juros cobrados pela instituição. "Creio que a taxa média deve cair de

7,25% para 6,75%. Isso deverá afetar a concorrência. Os outros bancos deverão se ajustar", assinalou Aroeira.

Ana Castelo, coordenadora de projetos da construção da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), ponderou, por outro lado, que a alta dos juros pode ter efeitos diferenciados. Há quem se apresse para realizar logo o sonho da casa própria, mas também há aqueles de se assustam e adiam a decisão de compra, com medo do que o futuro pode lhe reservar. Mas concordou com Aroeira de que, se agora o cenário não é tão bom quanto no ano passado, não está totalmente deteriorado a ponto de expulsar os compradores do mercado.

"É importante destacar que cada ponto percentual de aumento nos juros afeta de 8% a 9% no valor da prestação da casa própria. Mas quando a **inflação** começar a ceder e os juros ficarem mais comportados, o consumidor também ganhará", ressaltou Ana Castelo. O comprador que quer um imóvel novo, alerta, deve ficar atento aos termos do contrato e aos índices de correção. "Normalmente, não significa que as construtoras e incorporadoras estão se apropriando da diferença quando cobram mais. Estão, na verdade, ajustando as contas." Ieda Vasconcelos, economista-chefe da Câmara Brasileira da Indústria da Construção Civil (CBIC), explica que o consumidor precisa entender a diferença entre juros - que ajustam os financiamentos - e índice de custo (com impacto do preço dos insumos e da variação do câmbio), que estão ligados à construção de imóveis novos. Os juros são influenciados pela Selic que, em 2014, por exemplo, estava em 14,25% ao ano. "E os índices de custos estão subindo em torno de 12% a 13% ao ano", destaca Ieda.

Insumos

De janeiro a julho de 2014, explicou Ieda, o custo acumulou alta de 6,04%. No mesmo período, em 2020, ficou em 3,67%. E, em 2021, em oito meses, ficou em 11,17%. Se considerar períodos de 12 meses, o ano de 2014 encerrou em 7,26%; 2020, em 4,60%; e 2021, até agora, já acumula alta de 16,68%.

Os vilões dos custos foram os tubos de aço, com alta de 46,57% de janeiro a agosto e avanço de 90,36%, em 12 meses; elevadores (20,80% e 24,30%, respectivamente) e tubos de PVC (24,22% e 62,67%). "Isso vem prejudicando o setor de construção, que emprega 18,31 milhões de trabalhadores. E cada R\$ 1

investido na construção civil gera mais R\$ 1,36 na fase seguinte. Ajuda a economia em geral, porque as pessoas acabam comprando eletrodomésticos, roupas de cama, banho, entre outros", reforçou Ieda.

Índice de Atividade do BC desacelera



» **Fernanda Fernandes**

A economia desacelerou em julho, de acordo com o índice de atividade econômica do Banco Central (IBC-Br). O indicador, considerado uma prévia do Produto Interno Bruto (**PIB**), aumentou 0,60% naquele mês, depois de marcar 0,92% em junho. Na comparação com julho de 2020, a alta foi de 5,53%. Com a nova variação, a prévia do **PIB** soma alta de 6,80% no ano, e 3,26% no acumulado em 12 meses.

O ritmo mais lento do IBC-Br em julho reflete as expectativas dos agentes do mercado financeiro, que têm enxugado o **PIB** a cada revisão de dados. A Associação Nacional das Instituições de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi), por exemplo, reduziu a projeção de **PIB** de 5,15%, em 3 de setembro, para 5,04% na última sexta-feira. Para 2022, a entidade espera uma alta de apenas 1%, segundo Nicola Tingas, economista chefe da Associação.

Também ontem, a Instituição Fiscal Independente (IFI), vinculada ao Senado Federal, divulgou edição extraordinária do Relatório de Acompanhamento Fiscal (RAF). De acordo com a IFI, a probabilidade de estagnação da economia na segunda metade do ano é alta. A projeção que era mantida em 4,2% para o **PIB** de 2021 passou a 4,9% no novo documento, "em um contexto de piora evidente do quadro prospectivo", diz a nota técnica da Instituição. Para 2022, a previsão é de alta de 1,7%.

A IFI também aponta que a dívida pública bruta, que vinha diminuindo em proporção do **PIB** desde o início do ano, caiu apenas 0,1% do **PIB** entre junho e julho, o que é um "prenúncio de que voltará a crescer em breve". O relatório destaca que a Instituição alertou que a ajuda da **inflação** sobre a dívida/**PIB** era

temporária. "A resistência da **inflação** à alta dos juros, explicada por um quadro de **riscos** crescentes, levará a uma alta mais expressiva da Selic, que poderá chegar a 8% até o fim de 2021", diz a nota. A última previsão para Selic da IFI foi de 5,5%, em junho deste ano.

Guedes pede "socorro" para aprovar precatórios



Como reajo? Socorro, ministro Fux; socorro, presidente Pacheco. Como posso manter nossas obrigações, um aumento no Bolsa-Família, que todo mundo sabe que é necessário?"

■ Paulo Guedes,
ministro da Economia

Brasília - O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que pediu "socorro" aos presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, e do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), para solucionar o impasse sobre os precatórios, dívidas judiciais definitivas da União com pessoas físicas, jurídicas, estados e municípios. O governo federal pretende parcelar o montante que deveria pagar em 2022 para ganhar fôlego no Orçamento Geral da União. Para tanto, enviou uma proposta de emenda à Constituição, que está parada no Congresso Nacional. A pressa do ministro é porque a proposta dos precatórios está atrelada à ampliação dos benefícios do Auxílio Brasil, o programa social que substitui o Bolsa-Família, considerado dentro do governo essencial para influir na reeleição do presidente Jair Bolsonaro.

Em transmissão ao vivo pela internet, Paulo Guedes afirmou: "Meu pedido de socorro, muito mais do que qualquer outra coisa, é só um pedido desesperado de socorro. Quando a gente está desesperada, a gente corre pedindo proteção aos presidentes dos poderes. De vez em quando eu peço ao presidente da República, da Câmara, do Senado e de vez em quando ao Supremo. Na plena confiança do amor ao Brasil, na capacidade intelectual e política no desempenho de cada um desses poderes". Em outro momento, ele declarou também: "Como reajo? Socorro, ministro Fux; socorro, presidente Pacheco.

Como posso manter nossas obrigações, um aumento no Bolsa-Família, que todo mundo sabe que é necessário?"

No ano que vem, de acordo com o Tesouro Nacional, o montante dos precatórios somará R\$ 89,1 bilhões, contra R\$ 54,7 bilhões em 2021, o que consumiria o teto de gastos, que limita o crescimento da maior parte das despesas à **inflação** do ano anterior. Outra proposta que vem sendo discutida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), com a intermediação do seu presidente, o ministro Luiz Fux, reduz esse valor dos precatórios que o governo teria de pagar em 2022 para R\$ 39,9 bilhões. O objetivo é definir limite anual de pagamento, com correção pela **inflação**.

Paulo Guedes lembrou que o governo buscava ampliar o benefício do Bolsa-Família para um valor "modesto, moderado" de cerca de R\$ 300, e não R\$ 600 ou R\$ 700. Segundo ele, valores mais altos poderiam ser considerados estratégia "populista". "Precisamos de compreensão e ajuda para resolver um problema que eu chamei de meteoro, pois vem do exterior, não foi criado dentro do Executivo. O Executivo está tentando fazer seu trabalho com respeito, colaboração e união", afirmou ele também.

Depois do apelo de Paulo Guedes, o ministro Luiz Fux, que participou da mesma transmissão ao vivo de Guedes, afirmou que, apesar da mediação do Supremo sobre os precatórios, o tribunal não precisa referendar uma solução do Legislativo por iniciativa do Executivo. "Espero ter atendido às suas expectativas nesse espaço de tempo, que foi bom porque nós pudemos ouvir a inteligência desse amigo, Paulo Guedes, que é tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu", comentou Fux em tom de brincadeira. A fala provocou risos entre os participantes do encontro virtual.

Fux e Guedes participaram do painel "Sem tempo a perder: Debate sobre a urgência de transformar o Brasil e o papel das instituições e do Estado", dentro do evento virtual "Diálogos para um melhor Estado", do Movimento Pessoas à Frente, proposta pela Fundação Lemann, Instituto Humanize e República.org. Ele afirmou que o diálogo institucional depende da democracia, que segundo ele, é inegociável. "Toda a evolução e diálogo institucional dependem de um pressuposto, que é uma democracia

inegociável, respeito à democracia de forma intransigente", afirmou.

Ele também discorreu sobre o patrimonialismo, a tomada do patrimônio público para o enriquecimento pessoal. "Isso é corrupção, e exige o combate em todas as instâncias", disse. Ele defendeu também que é preciso acabar com benesses no Brasil. "O Judiciário tem a obrigação de garantir segurança jurídica, e isso vem por meio de decisões estáveis."

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>

Area jurídica do governo contraria Guedes e avalia precatório fora do teto

Bernardo Caram, Danielle Brant e Marcelo Rocha
brasília

Enquanto a equipe econômica trabalha para limitar o pagamento de precatórios em 2022, ganhou força no governo um plano para quitar os débitos integralmente e retirar essa despesa da contabilização da regra do teto -que limita o crescimento dos gastos públicos à variação da inflação.

A ideia é apoiar a aprovação de uma PEC (proposta de emenda à Constituição) elaborada pelo vice-presidente da Câmara, deputado Marcelo Ramos (PL-AM), para flexibilizar a regra fiscal. Isso tornaria desnecessárias, portanto, as alternativas buscadas atualmente pelo ministro Paulo Guedes (Economia).

O Executivo tenta solucionar a explosão de gastos como pagamento das dívidas do governo reconhecidas pela Justiça e que não têm possibilidade de recurso. A conta das sentenças judiciais saltou de R\$ 54 bilhões neste ano para R\$ 89 bilhões.

O crescimento dessa despesa comprimiu o Orçamento de 2022, forçando o governo a basear soluções para abrir espaço nas contas e tornar possível a ampliação do Bolsa Família.

Guedes atua em dois eixos simultâneos. No mais simples deles, a ideia é que o próprio Judiciário estabeleça um teto para o pagamento de precatórios em 2022, sem a necessidade de aprovação do Congresso.

O plano, negociado com o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Luiz Fux, dependeria apenas de uma resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). A medida reduziria esse gasto em R\$ 49,1 bilhões no ano que vem.

Na avaliação de membros da área jurídica do governo, no entanto, a medida tem alto risco de judicialização e tende a não prosperar.

A justificativa é que a simples decisão do CNJ, sem amparo em instrumento previsto em lei ou na Constituição, acabará questionada no STF. Por isso, a avaliação é que seria necessário aprovar uma proposta no Congresso para garantir essa base da legislação.

O plano sofre com a resistência de parte dos ministros do STF. Membros da corte ficaram incomodados com a pressão feita por Guedes para que o CNJ resolva o caso. Segundo relatos, foi dito ao ministro que o colegiado não resolverá o problema por conta própria, mas apenas se for provocado após ingresso de ação no STF ou aprovação da uma proposta pelo Congresso.

Em outra frente, Guedes enviou ao Legislativo uma PEC para tratar do tema. A medida abre margem de R\$ 33,5 bilhões em 2022 ao parcelar precatórios. O texto ainda cria um fundo com recurso de privatizações para abater dívida pública e fazer pagamentos antecipados de precatórios sem contabilizar no teto.

A proposta, alvo de críticas de especialistas, também foi recebida com cautela em outras áreas do Executivo. Segundo membros do governo, a medida é mais ampla que o necessário e de difícil aprovação.

O texto deve ser votado nesta quinta-feira (16) na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) da Câmara dos Deputados.

Membros da área jurídica argumentam ainda que a PEC de Guedes também pode acabar judicializada. Isso porque os credores do governo poderão entrar com ações questionando o parcelamento dos precatórios.

Diante desse diagnóstico, ganhou força no governo a ideia de apoiar a aprovação da PEC apresentada pelo deputado Marcelo Ramos. O texto retira os precatórios integralmente da regra fiscal e faz uma espécie de rebaixamento no teto.

A medida estabelece que o governo deve recalcular o teto de gastos. Para isso, seria necessário retroagir a 2016, ano anterior à entrada em vigor da regra fiscal, e subtrair do teto o valor correspondente aos precatórios. Em seguida, o limite de gastos seria novamente calculado ano a ano, adicionando a variação da inflação no período.

Ao elaborar a proposta, que garante a manutenção do pagamento integral dos precatórios, o deputado argumentou que parcelar esses débitos colocaria em

risco a credibilidade do país.

"A PEC proposta pelo governo, sob a ótica do credor, é um calote, e sob a ótica fiscal é uma pedalada", criticou.

Ramos argumenta que os precatórios são um tipo de dívida e se assemelham a gastos como a amortização da dívida pública, que não é contabilizada no teto. Além disso, ele justifica que o governo não tem nenhuma ingerência sobre essas despesas, cuja definição cabe ao Judiciário.

De acordo com o deputado, a aprovação de sua PEC permitirá ao governo abrir um espaço de até R\$ -27 bilhões no Orçamento de 2022, permitindo a ampliação do Bolsa Família.

"Você paga 100% dos precatórios, não cria essa insegurança jurídica, não passa essa mensagem de descompromisso do governo com suas contas", disse Ramos.

O deputado está coletando assinaturas para a PEC, que exige 171 apoiantes para começara tramitar.

Em nota, o Conselho Federal da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) se posicionou a favor da PEC de Ramos.

"Essa solução é juridicamente correta e fiscalmente responsável. A PEC do vice-presidente da Câmara respeita o teto de gastos e, ao contrário de outros caminhos aventados, não culminará com ajuizamento de ações questionando sua validade", afirma a manifestação.

Em evento nesta quarta-feira (15), Guedes afirmou que fez "um pedido desesperado de socorro" ao Legislativo e ao Judiciário para solucionar o impasse em torno dos precatórios.

Em debate no mesmo evento, Fux defendeu o diálogo entre as instituições e, em tom de brincadeira, disse que Guedes é "tão amigo que coloca no meu colo um filho que não é meu".

Na avaliação do economista Marcos Mendes, colunista da Folha, as alternativas avaliadas são fiscalmente irresponsáveis e fragilizam o teto de gastos. Rara ele, o governo busca argumentos frágeis para viabilizar uma ampliação de gastos no ano que vem.

Mendes, que é um dos formuladores da regra do teto, afirma que precatórios não são similares à dívida pública.

Segundo ele, também é frágil o argumento de que o

governo não tem controle sobre esses gastos porque há outras despesas também fora desse poder de decisão e que estão sob o teto, como os benefícios previdenciários.

"Se retirar do teto, é inevitável -e eu acho que não é- que se faça explicando que está tirando porque considera que vai comprimir outros gastos e vai tirar do teto para pagar outras despesas. Mas não me venha com princípios jurídicos e econômicos que não existem."

Para o economista, eventual flexibilização do teto deveria ser acompanhada de medidas compensatórias, como a ativação de gatilhos que travam despesas públicas. Para ele, porém, não há clima político para esse tipo de medida.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que instalará uma comissão especial para debater o tema.

Em relatório, a IFI (Instituição Fiscal Independente, ligada ao Senado) afirmou que a retirada de precatórios do teto pode abrir um espaço de R\$ 48,6 bilhões no Orçamento de 2022.

O órgão pondera que a solução não anularia os efeitos negativos sobre as expectativas dos agentes econômicos e, consequentemente, sobre câmbio, inflação e juros.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49670>

Teto já tem potencial estouro de R\$ 72 bi, diz pesquisador da FGV

Fábio Pupo *brasília*

Formulada pelo governo com previsão de despesas no limite do teto de gastos, a proposta de Orçamento de 2022 sofre pressões por mais recursos em razão de demandas da classe política e do avanço da inflação.

Considerando esses dois fatores, há um potencial estouro de R\$ 72 bilhões na regra constitucional que impede o crescimento das despesas federais acima da inflação.

Os números foram compilados por Samuel Pessoa, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, com base em cálculos do economista Marcos Mendes -ambos colunistas da Folha.

A pressão por recursos está no centro das discussões para flexibilizar o pagamento de R\$ 89,1 bilhões em precatórios em 2022 e, assim, abrir espaço para outras medidas.

A lista de demandas listadas por Pessoa foi publicada em artigo na revista Conjuntura Econômica, da FGV, e considera até R\$ 20 bilhões extras para expandir o Bolsa Família em 2022. Essa é a principal aposta do governo para tentar aumentar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro.

A proposta orçamentária prevê R\$ 34,7 bilhões para o Auxílio Brasil (substituto do Bolsa Família), sem aumento em relação a 2021. A prioridade da equipe econômica é viabilizar mais recursos para o programa.

Pessoa também contabilizou as emendas de relator do Orçamento (chamadas RP 9), não previstas atualmente no texto e usadas para que a base aliada direcione recursos da União a destinações de interesse de cada congressista.

O pesquisador prevê que parlamentares demandem cerca de R\$ 20 bilhões para esses instrumentos, contestados por especialistas por serem pouco transparentes (tendo um acompanhamento de execução dificultado) e terem eficiência questionável na avaliação sobre a correta alocação dos recursos públicos.

Outra demanda lembrada é a desoneração da folha de salários de 17 setores. O Congresso pressiona pela

renovação do benefício, que acabaria em 2021, por mais cinco anos, com custo de R\$ 10 bilhões.

A lista também inclui o fundo eleitoral, que teve R\$ 2 bilhões reservados no Orçamento e que é alvo de negociações para dobrar os recursos.

Mas as demandas dos políticos competem com o avanço da inflação -que corrige várias despesas obrigatórias.

O projeto de Orçamento de 2022 foi enviado com estimativa de 6,2% para o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 2022, mas os preços seguem em alta e o fechamento ao fim do ano é que vai determinar o reajuste de despesas obrigatórias.

A equipe econômica prevê que cada ponto percentual acima do projetado eleva os gastos em 2022 em aproximadamente R\$ 8 bilhões, e já se fala no governo em uma despesa de R\$ 16 bilhões a R\$ 18 bilhões acima da prevista na proposta de Orçamento.

Para Pessoa, a inflação será ainda maior e provavelmente o INPC fechará em 9%, o que deve adicionar quase R\$ 20 bilhões ao gasto público.

Ele considera haver meios de abrir espaço fiscal, desde retirar precatórios do teto de gastos (gerando espaço fiscal de R\$ 89,1 bilhões), até tirar do teto só os precatórios referentes ao Fundef (antigo fundo de educação usado para a União transferir recursos, e pelo qual o governo federal foi condenado a pagar R\$ 16 bilhões aos estados em 2022 após repasses abaixo do devido ao longo dos anos).

O problema do debate é encontrar uma saída que, entre outras consequências, não assuste demais o mercado, que teme um descarrilamento da política fiscal, e já está sendo afetado pela discussão.

"Há enorme pressão para quebrar o teto e aumentar o gasto", diz Pessoa no artigo.

"O grande problema é que a quebra do teto desaneora completamente a política fiscal. Sem ele, não temos nenhuma garantia de que a dívida será paga sem necessidade da receita do imposto inflacionário, isto é, por meio de inflação."

Para tentar resolver o problema, o Executivo enviou ao Congresso uma PEC (proposta de emenda à Constituição) para parcelar os grandes precatórios e economizar R\$ 33,5 bilhões em 2022. Mas há temores de que ela pode não conquistar votos suficientes.

Diante das resistências, uma nova PEC passou a ser sugerida pelo vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM). A ideia é tirar precatórios do teto de gastos, mas a Economia resiste à solução.

Em paralelo, o governo tenta ainda negociar uma saída via Judiciário, para criar um limite sobre os pagamentos. Mas a solução, que já não era um consenso na Corte, ficou ainda mais prejudicada pelas ameaças de Bolsonaro ao STF no 7 de Setembro - embora o governo não tenha desistido.

O tema continua sendo acompanhado pelo mercado. "A dificuldade é encontrar uma forma de estabelecer um gasto extrateto para 2022 sem que haja a percepção de desancoragem da política fiscal. Em "fariolimês", o quebra-cabeça é encontrar uma forma positiva de construir o Orçamento", afirma Pessoa no artigo, em referência à avenida paulistana Faria Lima (sede de diferentes instituições financeiras).

"Quando há a desconfiança em relação à solvência pública, o câmbio deprecia, a curva de juros inclina - pois as pessoas cobram prêmio maior pela elevação do prazo do vencimento de um título público", diz.

O texto enviado pelo governo pode ser alterado pelos parlamentares e costuma ser votado pelo Congresso até o fim do ano, embora não seja incomum o ano começar sem a aprovação da peça.

"O que sabemos é que até o texto final [do Orçamento] teremos chuvas e trovoadas", afirma Pessoa.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=496>

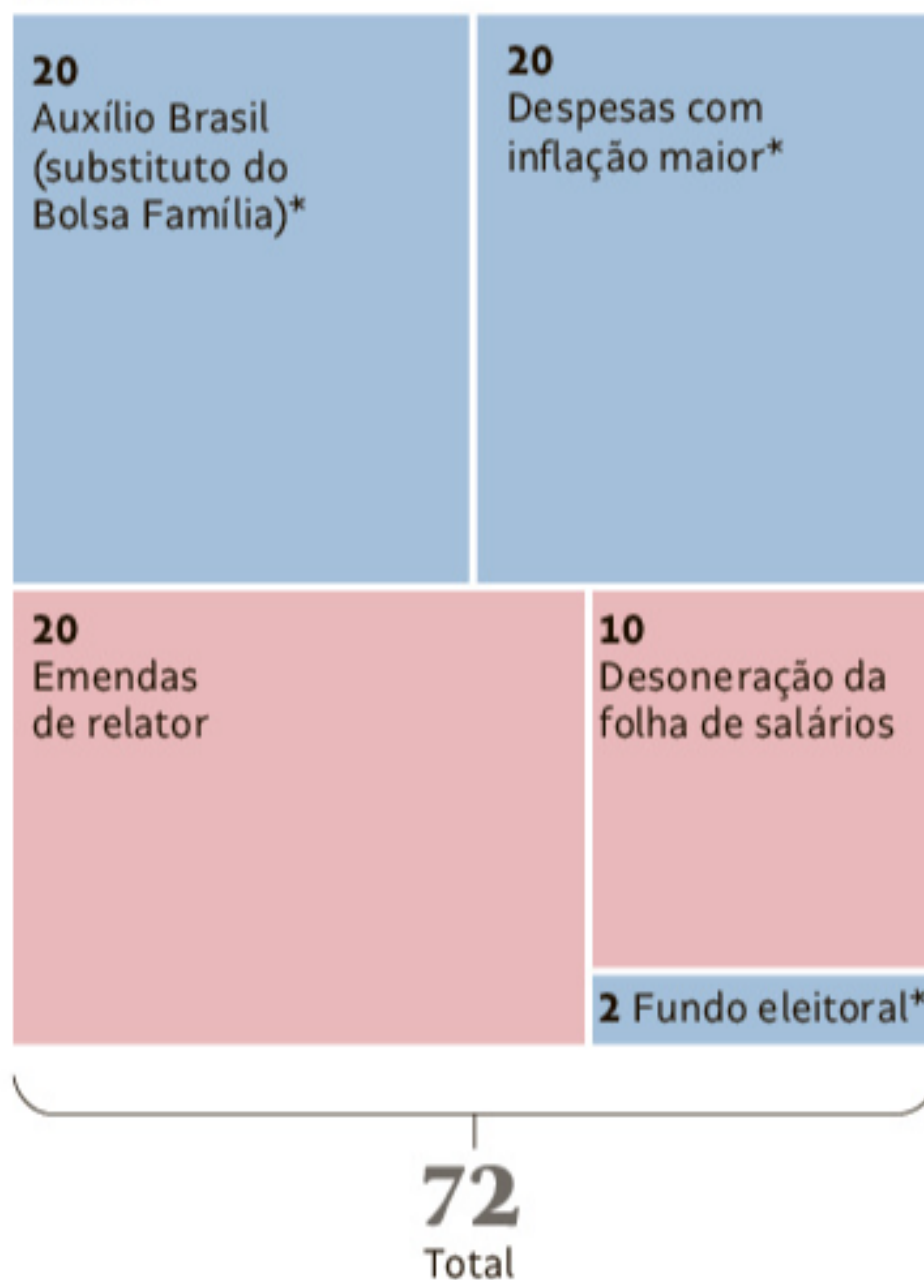
70

Teto de gastos sob ameaça

Recursos
demandados

Orçamento de 2022
não prevê recursos
ou prevê recursos
residuais

Em R\$ bi



*Valor corresponde ao possível acréscimo em relação ao previsto na proposta de Orçamento de 2022
Fonte: Números reunidos por Samuel Pessoa, pesquisador da FGV, baseado em cálculos do economista Marcos Mendes

País será lanterna no PIB entre as maiores economias em 2022

Eduardo Cucolo *são paulo*

O crescimento da economia brasileira deve desacelerar de 4,9% em 2021 para 1,8% em 2022, resultados abaixo da média mundial e que colocará o país, no próximo ano, com o pior desempenho entre as economias mais relevantes do planeta.

Os números são do Relatório de Desenvolvimento e Comércio de 2021 da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), que cita, no caso brasileiro, incerteza política e crise energética como fatores negativos para o crescimento.

Em relatório divulgado em julho, o FMI (Fundo Monetário Internacional) também colocava o Brasil com o pior desempenho projetado para 2022 em uma lista de 16 países.

Nas últimas semanas, muitos analistas revisaram as suas projeções, indicando um cenário ainda pior que o traçado pela Unctad. Algumas instituições já estimam um crescimento inferior a 1% para o Brasil no ano que vem.

A Unctad estima que o crescimento global desacelere de 5,3% neste ano para 3,6% em 2022, deixando a renda mundial ainda 3,7% abaixo de onde estaria caso fosse mantida a tendência pré-pandemia.

Isso representa uma perda de renda cumulativa esperada de cerca de US\$ 13 trilhões no triênio 2020-2022. A produção mundial só encontraria o nível projetado a partir da tendência anterior a pandemia em 2030.

Para a instituição, políticas tímidas ou, pior ainda, retrocessos podem puxar o crescimento ainda mais para baixo. A questão é mais grave ao se considerar que o crescimento na década passada, pós-crise de 2008/2009, já foi o menor desde 1945.

Nesse contexto, o Brasil tem uma performance inferior à média mundial, como já mostraram dados divulgados do ano passado e projeções de diversas instituições multilaterais feitas neste ano. O país teve uma queda do **PIB** (Produto Interno Bruto) em 2020 de 4,1%, superior à média mundial (-3,5%).

Em um trecho do relatório em que trata

especificamente do Brasil, a instituição diz que, apesar do pesado custo humano da pandemia no Brasil, a economia contraiu apenas 4,1% em 2020 em razão das políticas fiscal e monetária adotadas.

Em 2021, a recuperação de preços das commodities e uma redução gradual do estímulo fiscal deve ajudar o **PIB** a crescer 4,9%.

A Unctad afirma ainda que, pelo lado positivo, a vacinação e a demanda por serviços tendem a se acelerar no segundo semestre de 2021. Do lado negativo, a escassez de fornecimento de energia tem empurrado a **inflação** para cima, o que está forçando o Banco Central a elevar a taxa básica de juros.

"[Essas] forças negativas e incertezas políticas associadas à próxima eleição presidencial do Brasil devem pesar sobre as perspectivas em 2022, com o crescimento desacelerando para apenas 1,8%" afirma a instituição.

A desaceleração do crescimento mundial no próximo ano pode ser mais acentuada do que o esperado, principalmente em países mais pobres, se os legisladores perderem a coragem e atenderem a apelos equivocados por medidas de austeridade, relata a entidade.

De acordo com a Unctad, os formuladores de políticas econômicas dos países avançados "ainda não acordaram" para o tamanho do choque provocado pela pandemia e para sua persistência nos países em desenvolvimento.

Restrições fiscais, falta de autonomia monetária e de acesso a vacinas estão segurando a recuperação desses países e ampliando o abismo entre eles e as economias avançadas, ameaçando inaugurar outra década perdida.

"Sem políticas mais ousadas que reflitam um multilateralismo revigorado, a recuperação pós-pandemia carecerá de equidade e deixará de enfrentar os desafios do nosso tempo", explica a secretária-geral da Unctad, Rebeca Grynspan.

Nesse cenário, ela afirma que o crescimento econômico será um luxo desfrutado cada vez mais por um pequeno número de pessoas privilegiadas.

As propostas da Unctad para uma recuperação menos desigual incluem uma combinação de alívio e até cancelamento, em alguns casos, da dívida de países mais pobres; uma reavaliação do papel da política fiscal na economia global; maior coordenação de políticas em economias sistemicamente importantes; e apoio ousado para países em desenvolvimento no acesso a vacinas.

Atividade sobe mais que o esperado em julho, diz BC

O índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), indicador de crescimento, subiu 0,60% em julho ante junho, segundo dado dessazonalizado divulgado pelo BC nesta quarta-feira (15).

A leitura ficou acima da expectativa em pesquisa da Reuters de avanço de 0,40%. Em relação a julho de 2020, o IBC-Br registrou crescimento de 5,53% e, no acumulado em 12 meses, ganho de 3,26%.

Ainda assim, o dado indica que a atividade econômica brasileira iniciou o terceiro trimestre com perda de força em meio a indícios de uma recuperação vacilante -em junho, havia avançado 0,93% sobre maio (dado revisado para baixo pelo BC, que havia divulgado anteriormente uma alta de 1,14%).

A economia brasileira estagnou no segundo trimestre com queda do **PIB** (Produto Interno Bruto) de 0,1%, ante expectativa de alta de 0,2%, por causa de desempenhos fracos da indústria e da agropecuária, de acordo com dados do IBGE.

Especialistas vêm reduzindo as expectativas de crescimento para 2021 e 2022. Recente Pesquisa Focus do BC mostra que as projeções agora são respectivamente de altas de 5,04% e 1,72% em 2021 e 2022.

Mas as incertezas para 2022, que incluem de crise hídrica à situação política e fiscal em ano eleitoral, já levam o mercado a uma projeção abaixo de 1% no próximo ano, com o Itaú calculando alta de apenas 0,5%.

Em julho, a indústria teve queda bem mais forte do que o esperado sobre junho, de 1,3%, iniciando o terceiro trimestre mais de 2% abaixo do nível pré-pandemia.

Já as vendas varejistas aumentaram 1,2% no mês, acima do esperado, com o volume de serviços crescendo 1,1% e iniciando o trimestre no patamar mais alto em cinco anos.

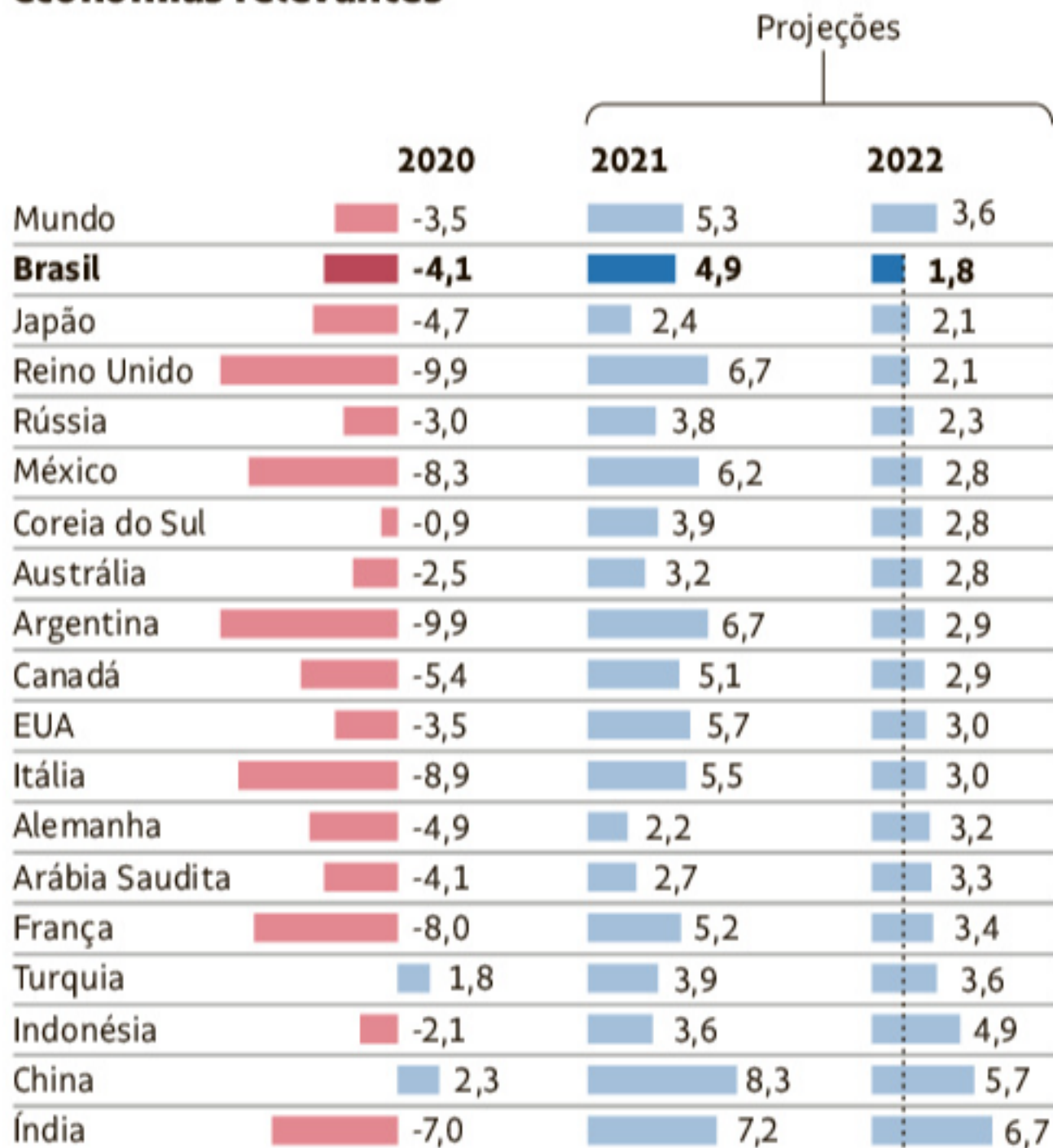
De acordo com relatório divulgado pelo Bank of

America, a atividade econômica de julho já mostra sinais de acomodação, como outros dados que vinham mostrando desaceleração.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49670>

Brasil tem menor crescimento projetado para 2022 entre economias relevantes



Fonte: Unctad



Inflação para os mais pobres chega a 10,63% em 12 meses

Leonardo Vieceli rio de janeiro

A **inflação** desacelerou em agosto para as famílias de renda mais baixa, mas os mais pobres ainda sentem um impacto superior da disparada de preços. É o que indica um estudo mensal divulgado nesta quarta-feira (15) pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Cinco dos seis grupos de rendimento analisados viram a **inflação** perder fôlego de julho para agosto.

Entre as famílias de renda muito baixa, a variação nos preços foi de 1,1-2% para 0,91%. Mesmo desacelerando, a **inflação** acumulada em 12 meses até agosto alcançou 10,63% nesse grupo -estava em 10,05% até julho.

Tanto o avanço de 0,91% quanto o de 10,63% são os maiores da pesquisa. Segundo o Ipea, as famílias de renda muito baixa são aquelas com rendimento domiciliar inferior a R\$ 1.808,79 por mês.

Em 12 meses, o bolso dos brasileiros mais pobres foi pressionado especialmente pelos avanços de 16,6% nos alimentos no domicílio, de 21,1% na energia elétrica, de 31,7% no gás de botijão e de 5,6% nos medicamentos.

O estudo ressalta que, no acumulado, a **inflação** dos mais pobres segue "significativamente acima" da registrada pela classe de renda alta.

Entre os mais ricos, a alta nos preços foi de 8,04% no acumulado até agosto, menor marca da pesquisa. O grupo de renda alta é de famílias com rendimento domiciliar superior a R\$ 17.764,49 por mês.

"Tempos atrás, a gente imaginava que a diferença entre a **inflação** acumulada dos mais pobres e a dos mais ricos se estreitaria mais a partir de junho, julho. Ainda não é isso que estamos vendo", diz Maria Andreia Parente Lameiras, técnica de planejamento e pesquisa do Ipea.

"Os alimentos, ao contrário do esperado, voltaram a impactar a **inflação**, principalmente a dos mais pobres, e não era imaginado um quadro tão ruim para a energia elétrica", acrescenta.

Segundo o Ipea, o acumulado dos mais ricos reflete em grande parte os reajustes de 41,3% nos combustíveis, de 30,2% nas passagens aéreas e de 12,4% nos eletroeletrônicos, além da recente recuperação dos preços dos serviços de recreação, cuja alta em 12 meses passou de 0,07% em janeiro para 5,3% em agosto.

No recorte mensal, de julho para agosto, a **inflação** da faixa de renda alta desacelerou de 0,88% para 0,78%, a menor do levantamento.

Como as famílias de renda muito baixo, as de renda baixa (de R\$ 1.808,79 a R\$ 2.702,88) também teve variação de 0,91% em agosto, a maior do recorte mensal. Em julho, o resultado desse grupo havia sido de 1,07%.

Na renda média-baixa, a **inflação** foi de 0,90% em agosto, após 1,01% em julho. Sua renda domiciliar é de R\$ 2.702,88 a R\$ 4.506,47 por mês.

Segundo o Ipea, o grupo de alimentação foi o que mais contribuiu para a **inflação** entre as famílias dos três segmentos de renda inferior em agosto. Nas faixas com ganhos superiores, o maior impacto veio do grupo de transportes.

Em agosto, o único dos seis grupos pesquisados que viu a **inflação** acelerar foi o de renda média-alta. Na comparação com julho, a variação desse segmento foi de 0,78% a 0,85%. A renda média-alta é das famílias com renda domiciliar entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49 por mês.

Para Maria Andreia, a **inflação** para os mais pobres tende a ver algum alívio até o fim do ano no acumulado de 12 meses. A perda de fôlego, diz, "não deve ser muito grande". A perspectiva de desaceleração está associada, em parte, a um efeito estatístico. É que, na reta final de 2020, os preços de alimentos tiveram um forte aumento.

Já para os mais ricos, diz ela, a **inflação** no acumulado pode ganhar força nos próximos meses. A projeção está ancorada na retomada do setor de serviços, que tem peso maior no consumo entre as famílias com rendimento superior.

"É um quadro de pressão inflacionária, que ainda está

maior para a faixa de renda mais baixa, e as perspectivas não são muito animadoras para o final do ano", aponta a técnica.

Projeto propõe bancar 50% do gás para baixa renda

Nicola Pamplona

O deputado federal Christino Áureo (PP-RJ) concluiu nesta terça (14) relatório sobre projeto de lei que cria o programa Gás Social, de subsídio à compra de botijão de gás para famílias de baixa renda. O projeto está em regime de urgência, segundo o relator, e tem apoio do governo.

O projeto prevê pagamento de metade do valor do botijão a famílias inscritas no Cadastro Único de programas sociais do governo federal. O número de famílias atendidas dependerá de quanto o governo estiver disposto a gastar.

A ideia é que o subsídio seja financiado com a arrecadação da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) cobrada sobre os combustíveis, com royalties do petróleo e com parte da receita da venda de volumes de petróleo do pré-sal que pertencem à União.

O debate sobre a volta do subsídio para o gás começou no início da pandemia, que impactou o emprego, principalmente entre informais, e ganhou força com a escalada do preço do combustível.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), o preço médio do botijão de 13 quilos subiu 29% apenas em 2021, atingindo R\$ 96,89 na semana passada -há locais onde chega a R\$ 100. No ano, a Petrobras aumentou seu preço de refinaria em 66%, acompanhando a recuperação do petróleo e a desvalorização cambial.

No relatório protocolado nesta terça, Áureo diz que o aumento do preço do gás "pressiona demasiadamente a renda das famílias mais pobres, tornando praticamente impossível às famílias em situação de extrema pobreza ter acesso ao gás de cozinha".

Com o fim do auxílio emergencial e o desemprego ainda em alta, especialistas vêm alertando para a migração de consumidores para combustíveis mais poluentes, como lenha ou carvão.

À Folha Áureo disse acreditar que o projeto será votado logo. "Tem pedido de urgência. Foi retirado da pauta temporariamente porque havia prioridade em outros assuntos, mas está pronto para votar."

O projeto aglutina uma série de propostas sobre o

tema, tanto de partidos alinhados ao governo quanto da oposição, e prevê que a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil emitam cartões magnéticos para os beneficiários.

A coordenação deve ficar a cargo do Ministério da Cidadania, que firmaria convênios com estados e municípios. Cada beneficiário teria direito a seis botijões por ano.

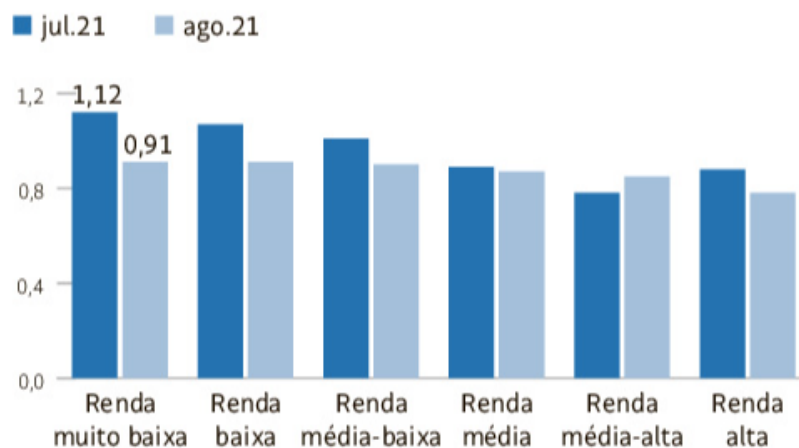
Parte do dinheiro do programa, diz Áureo, viria de aumento na Cide em valor equivalente à isenção, com a destinação dos recursos ao subsídio. O Executivo definiria quanto da receita da venda de petróleo poderia ser utilizada.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49670>

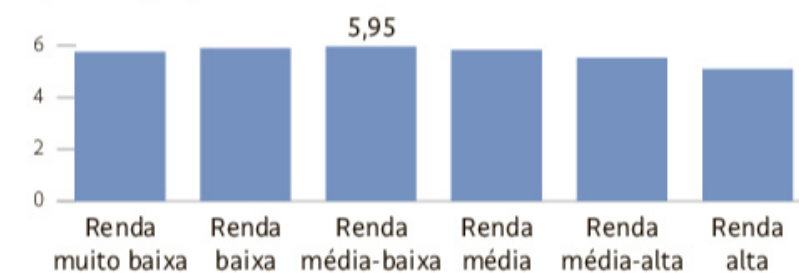
Inflação por faixa de renda

Dados em %



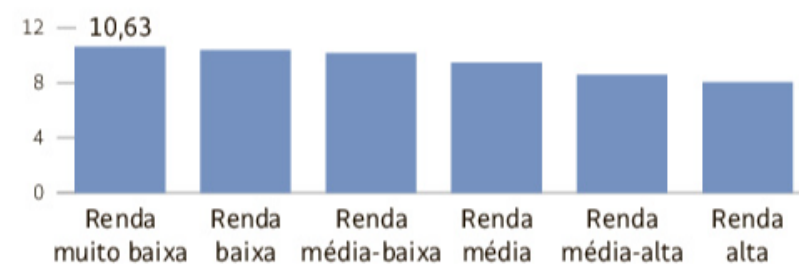
Acumulado de 2021

De janeiro a agosto, em %



Acumulado de 12 meses

Até agosto, em %



A divisão por faixa de rendimento mensal domiciliar

Faixa de renda	Valor, em R\$
Renda muito baixa	Menor de R\$ 1.808,79
Renda baixa	Entre R\$ 1.808,79 e R\$ 2.702,88
Renda média-baixa	Entre R\$ 2.702,88 e R\$ 4.506,47
Renda média	Entre R\$ 4.506,47 e R\$ 8.956,26
Renda média-alta	Entre R\$ 8.956,26 e R\$ 17.764,49
Renda alta	Maior de R\$ 17.764,49

Fonte: Ipea

Análise macroeconômica dominante no Brasil é mais aplicável a países desenvolvidos (Artigo)

Roberto Macedo

A análise macroeconômica ocupa-se de grandes agregados, como o produto interno bruto (**PIB**), índices de preços, exportações e importações totais, e variáveis de impacto generalizado na economia, como a taxa básica de juros e a de câmbio.

Entre os livros-texto sobre o assunto adotados nas nossas faculdades de Economia, são comuns os de autores dos EUA, um país desenvolvido.

Para quem quiser conhecer um destes livros, traduzido para o Português, há o intitulado Macroeconomia, de N. Gregory Mankiw. Outra razão dessa influência é que muitos professores das nossas faculdades estudaram naquele país, em particular em programas de doutorado.

Como se trata de um país desenvolvido, a preocupação com o desenvolvimento econômico é bem menor do que aqui, no Brasil, e a análise macro foca sobretudo em movimentos cíclicos ou oscilações do **PIB**. Assim, uma grande preocupação é com recessões, depressões e saídas delas. O desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo, pois se estende, entre outros aspectos, a uma visão de longo prazo, a questões sociais, como pobreza, educação e condições de saúde, infraestrutura e de habitação, ao lado de verificar se as instituições de um país favorecem o desenvolvimento.

Instituições são tomadas no sentido lato, e não apenas focando nas que constituem organizações, como as jurídicas e políticas. Voltarei às instituições mais à frente.

Passando à situação econômica do presente e do passado recente da economia brasileira, a análise macroeconômica tradicional e o noticiário sobre o assunto concentram-se muito no impacto da pandemia da covid-19, que levou a uma queda de 4,1% do **PIB** em 2020, ano ao longo do qual houve também uma recuperação em V, com a economia retornando ao **PIB** que tinha no final de 2019. Mas essa visão não atenta para o fato de que desde 2014 continuamos atravessando uma depressão, algo forte e mais

extenso do que uma recessão.

Com isso, nosso **PIB** ainda não retornou ao seu valor de sete anos atrás (!), o que é um desastre em termos de desenvolvimento, em particular no seu lado social, com aumento do desemprego e da pobreza.

Assim, esta depressão deveria ser também uma preocupação permanente dos analistas e do noticiário econômico, até porque as perspectivas são de que ela vá continuar em 2022. Aliás, os jornais de ontem noticiaram que consultorias e bancos passaram a reduzir fortemente suas previsões da taxa do **PIB** em 2022, admitindo até valores próximos de 0,5% (!).

E, pior ainda, indo mais longe no passado, a taxa decenal média de aumento do **PIB** caiu muito a partir da década de 1980, anteriormente à qual o Brasil havia mostrado uma tendência de crescimento ao longo do século 20, particularmente forte nas décadas de 1960 e 1970, o que levou o Brasil a alcançar o status de país de renda média per capita em termos internacionais. Mas desde 1980 o Brasil vem crescendo abaixo da média dos países emergentes e em desenvolvimento.

Aliás, a década de 2010 foi, em termos de crescimento do **PIB**, a pior desde a década de 1900!

Por que quase nada se discute sobre as razões desta "armadilha da renda média" em que o nosso **PIB** adentrou? E sobre como sair dela? A ausência desse debate é outro sintoma de que a análise macroeconômica dominante no Brasil é claramente inadequada em sua visão de curto prazo e na desatenção a problemas que precisam ser eficazmente enfrentados para que o País possa sair desta armadilha em que caiu.

Livros voltados para o desenvolvimento econômico hoje focam muito em questões institucionais. Entre eles, destaco o de Daron Acemoglu e James Robinson, Por que as nações fracassam? C. Douglass North foi pioneiro nesta ênfase no papel das instituições e se referiu a elas como "(...) os condicionantes humanamente desenvolvidos para estruturar a interação política, econômica e social.

Elas consistem de condicionantes informais (sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta) e formais (constituições, leis e direitos de propriedade)", exemplos estes que poderiam ser ampliados. Um exemplo de instituição que no Brasil prejudica bastante o desenvolvimento é a Câmara dos Deputados, onde é raríssimo encontrar um deputado preocupado com o bem comum dos brasileiros e o futuro do País.

A maioria está voltada para si e seus grupos apoiadores, em particular para a sua reeleição, para o que se vale muito das lamentáveis emendas parlamentares com que destinam recursos públicos para cevar sua clientela eleitoral.

Nas faculdades de Economia, notei que nas últimas cinco décadas caiu o interesse pela disciplina Desenvolvimento Econômico e aumentou o voltado para a Macroeconomia, com a primeira sendo oferecida às vezes só como opcional.

Assim, a forte influência da análise macroeconômica, em prejuízo da também focada no desenvolvimento econômico, pode ainda ser vista como uma questão institucional que precisa ser enfrentada.

Não se trata de abandonar a primeira, mas de ampliar fortemente o uso da segunda.

Ela precisa ser ampliada com uma visão voltada para o desenvolvimento econômico também

ECONOMISTA (UFMG, USP E HARVARD),
PROFESSOR SÊNIOR DA USP, É CONSULTOR
ECONÔMICO E DE ENSINO SUPERIOR

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ex-presidentes defendem democracia

Marcelo de Moraes / BRASÍLIA

Numa defesa firme da democracia e da liberdade, os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Michel **Temer** e José Sarney pregaram a necessidade de um amplo diálogo entre os Poderes para a superação da crise política no País. Na abertura do debate "Um Novo Rumo Para o Brasil", organizado pelo MDB, PSDB, DEM e Cidadania, os três reconheceram, entretanto, que muitas vezes os limites constitucionais são ultrapassados pelos próprios Poderes da República.

"Eu percebo, com muita frequência, que as instituições saem do seu quadrado constitucional", disse **Temer**. "Eu chamo de quadrado constitucional as competências e as funções que foram dadas pela soberania popular", acrescentou.

O ex-presidente participou na semana passada de uma articulação para garantir a moderação nas ameaças de Jair Bolsonaro contra o Supremo Tribunal Federal e alguns de seus ministros.

Temer foi responsável pela confecção de uma "Declaração à Nação", na qual Bolsonaro sinaliza um recuo de seus ataques mais fortes ao STF. Na Corte, porém, o movimento foi visto apenas como um gesto estratégico, sem confiabilidade.

Temer não foi o único a reconhecer os excessos no exercício dos papéis dos Poderes. "Judicializaram a política e politizaram a Justiça", afirmou Sarney, atribuindo a frase ao ex-presidente do Supremo Nelson Jobim, que fez a exposição de abertura do debate. Na sua apresentação, Jobim demonstrou preocupação com o clima político do País e também com o que definiu como "disfuncionalidade" das instituições.

"Se querem chamar toda essa disfuncionalidade de crise, precisamos apresentar soluções.

Vamos procurar a verdade nos fatos e não em palavras", propôs. E citou o caso específico do que viu ocorrer no Judiciário.

"A disfuncionalidade no Poder Judiciário foi agravada pela TV Justiça. O que deveria ser um mecanismo de transparência foi apropriado como instrumento de visibilidade individual", lamentou.

Ruptura. A preocupação com um risco de ruptura

institucional também foi discutida. Sem citar o nome do presidente Jair Bolsonaro e fazendo forte defesa da democracia, Fernando Henrique Cardoso disse confiar que não haverá rompimento entre as instituições, apesar do clima hostil. "Acho que a estabilidade não está a perigo no momento. O povo gostou de votar.

Dia de eleição é dia de festa no Brasil. Isso entranhou na alma brasileira", afirmou.

E o ex-presidente lembrou da transitoriedade do posto à frente do Planalto. "Mesmo que um presidente não queira, ele vai passar. Como nós passamos.

Porque a consciência nacional não permite que seja diferente.

Ser militar ou não, não importa", disse. "Reitero o que já disse: o fato de estarmos juntos aqui, como uma família, mostra que isso não nos deformou. A liberdade e a democracia são valores maiores para todos nós", disse Fernando Henrique.

Entre os dirigentes partidários que participaram do debate, ficou claro o alinhamento com a defesa da democracia, mas também com a preocupação em torno de uma agenda que atenda a população em relação ao emprego e combate à **inflação**, por exemplo.

"Vamos conversar com todos os partidos que defendem a democracia.

É triste ter que discutir se há risco de ruptura institucional, quando tantos problemas concretos afligem nosso povo", defendeu ACM Neto, presidente do DEM.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Bolsonaro reduz potencial da economia (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Coalizão defende política nacional com incentivos fiscais

Daniela Chiaretti

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Regra do teto e pagamento de dívida são compatíveis, diz IFI

Mariana Ribeiro

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Quarentena eleitoral para juízes, militares e policiais é aprovada



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante audiência na Casa. Michel Jesus / Divulgação Câmara dos Deputados

Danielle Brant, Julia Chaib, Ranier Bragon e Washington Luiz

Com articulação do centrão, os deputados resgataram nesta quarta-feira (15) a quarentena eleitoral para juízes, integrantes do Ministério Público, militares e policiais, mas encurtaram de cinco para quatro anos o prazo para que membros dessas categorias possam deixar o cargo para disputar eleições.

A tentativa de resgatar a quarentena para juízes e integrantes do Ministério Público começou na terça (14). Em reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), líderes do centrão.

A emenda foi aprovada por 273 votos a 211. O texto vai ao Senado após a votação dos demais destaques.

A quarentena visa evitar a politização nesses setores. O centrão, que comanda hoje a Câmara, foi um dos principais alvos da Lava Jato. Os deputados acusam o ex-juiz e ex-ministro da Justiça Sérgio Moro, cujo nome é apontado como pré-candidato à Presidência, de usar o cargo para se promover politicamente.

Durante a votação dos destaques -propostas de modificação ao texto- na quinta (9), a Câmara derrubou a quarentena eleitoral para juízes e integrantes do Ministério Público por três votos: foram 254 votos a favor -eram necessários ao menos

257.

Em decorrência disso, líderes partidários argumentaram que seria incoerente manter a restrição para militares e policiais ao mesmo tempo em que era liberada a candidaturas de magistrados. Todas as quarentenas acabaram caindo, por consequência.

Mesmo com a derrota, o centrão manobrou para retomar a restrição. A primeira tentativa de devolver a quarentena eleitoral ao texto passou por uma emenda aglutinativa que uniria destaques do PSDB e do Solidariedade.

No entanto, houve resistência de partidos de centro-direita, como MDB, PSD B e PSD. Para atrair o apoio das legendas de centro-direita e da oposição, os líderes partidários decidiram retomar também a quarentena para militares e policiais e encurtar o período de cinco para quatro anos. A restrição valerá a partir das eleições de 2026.

A redução de cinco para quatro anos busca dar mais tempo para quem decidir disputar uma eleição. Sem isso, o interessado em se candidatar teria que tomar uma decisão até outubro deste ano para cumprir o prazo de cinco anos. Com a diminuição para quatro anos, ele ganha um ano para tomar a decisão.

A iniciativa contou com a obstrução de partidos como PSL e Novo, que criticaram a articulação para retomar a quarentena às categorias. Dara defendera votação, a relatora, Margarete Coelho (PP-PI), rebateu o argumento de que a emenda já tinha sido apreciada pelos deputados.

"Não prospera o argumento de que é uma matéria superada, uma matéria votada. O plenário decidiu a respeito de uma quarentena de cinco anos. O que a emenda aglutinativa propõe é uma quarentena de quatro anos" afirmou.

Lira, ao responder às questões de ordem, afirmou que a admissão da emenda aglutinativa seria feita em caráter excepcional, para não forjar precedente para ocasiões futuras.

A iniciativa lembra manobra adotada pelo ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (MDB-RJ) em 2015, também em uma votação de reforma política.

Após o plenário da Casa rejeitar a volta do financiamento privado das campanhas, Cunha quebrou um acordo político e decidiu colocar a proposta novamente em votação no dia seguinte.

O texto-base do novo Código Eleitoral foi aprovado na última quinta por 378 votos a favor e 80 contrários. Esse é o principal projeto do pacote eleitoral liderado por Lira.

Para valer nas eleições de 2022, as mudanças precisam ser aprovadas no Congresso e sancionadas pelo presidente Jair Bolsonaro até o início de outubro. Apesar do tempo curto, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), garantiu, após encontro com líderes das duas Casas, que os senadores vão decidir sobre o assunto ainda neste mês.

Entre as várias modificações debatidas a toque de caixa pelos deputados e previstas no texto-base estão a censura a pesquisas eleitorais e a fragilização de normas de transparência, fiscalização e punição de políticos e partidos por mau uso das verbas públicas.

Há ainda a proposta de reduzir o poder da Justiça Eleitoral de regulamentar eleições.

Em seus cerca de 900 artigos, o projeto estabelece censura a pesquisas eleitorais, para que elas só possam ser divulgadas até a antevéspera da eleição. O texto determina ainda que os institutos que fazem esses levantamentos informem um percentual de acertos das pesquisas realizadas pela entidade ou empresa nas últimas cinco eleições.

O dispositivo é criticado por especialistas, que lembram que as pesquisas retratam a realidade de determinado momento, não o voto dado.

Há um destaque do Cidadania, ainda não votado, que visa suprimir do projeto a censura à publicação das pesquisas.

O Congresso já tentou por várias vezes limitar a publicação de pesquisas eleitorais. Em 2006 o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional projeto aprovado que proibia a divulgação dos levantamentos nos 15 dias que antecedessem o pleito.

Antiga reclamação de parlamentares, as resoluções do Tribunal Superior Eleitoral também são afetadas pelo projeto. Os deputados aprovaram texto segundo o qual, para valer nas eleições, essas resoluções terão que ser emitidas com antecedência mínima de um ano. O Congresso passa também a ter o poder de cassar resoluções do TSE.

Os deputados também aprovaram regras mais frouxas

de fiscalização, transparência e punição de partidos e candidatos que façam mau uso das verbas públicas.

Entre outros pontos, o projeto estabelece que a análise da prestação das contas partidárias deverá se restringir ao cumprimento de regras burocráticas, sendo que a devolução de verbas só ocorrerá em casos graves. A Lei da Ficha Limpa também é fragilizada.

Na votação das emendas, caiu a medida que permitia novamente a políticos usar a manobra de renunciar para evitar a cassação (sem que isso resulte em inelegibilidade).

Durante toda a tramitação dos atuais projetos de reforma eleitoral e política, especialistas apontaram retrocessos e açodamentos na discussão de mudanças tão profundas.

Sob liderança do Movimento Transparência Partidária, foi criada a campanha "Freio na Reforma".

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49670>

Nas redes sociais, emedebista adota tom eleitoral

Cristian Klein

Veja a matéria no site de origem:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1

Site:

https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187007?page=1§ion=1